

NO DECURSO DA DOCÊNCIA: itinerários de professoras e professores públicos em Antônio Prado, Rio Grande do Sul (1885 - 1920)

In the course of teaching:
itineraries of public teachers in Antônio Prado, Rio Grande do Sul (1885 - 1920)

En el transcurso de la docencia:
itinerarios de maestras y maestros públicos en Antônio Prado, Rio Grande do Sul (1885 - 1920)

MANUELA CICONETTO BERNARDI, TERCIANE ÂNGELA LUCHESE

Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil. *Autora para correspondência.
E-mail: mcbernardi1@ucs.br

Resumo: O objetivo é analisar os itinerários de professores das aulas públicas de Antônio Prado - RS entre os anos de 1885 a 1920, pensando rastros de relações e sociabilidade, tempos de permanência na função e atribuições dos docentes. A análise documental histórica foi a metodologia empregada embasada na História da Educação e História Cultural, num viés da micro-história. Antônio Prado - RS foi uma colônia ocupada a partir de 1886, depois distrito de Vacaria - RS até 1899 e com a emancipação, o local foi gerido pela administração de Innocencio de Mattos Miller. Da investigação, chama a atenção a quantidade de professores, vindos de outras localidades, impermanências no tempo de atuação, ausência de formação inicial e diversas funções que exerciam concomitante com a docência.

Palavras-chave: história da educação; itinerários de professores do ensino primário; escola pública; escola rural.

Abstract: The aim is to analyze the itineraries teachers in public classes in Antônio Prado - RS between the years of 1885 and 1920, thinking about traces of relationships and sociability, length of stay in their function, and teachers' responsibility. The methodology used was historic document analysis, based on Education History and Cultural History in a micro-history. Antônio Prado - RS was a colony occupied from 1886, later district of Vacaria - RS, to 1899. Since its emancipation, it was managed by the administration of Innocencio de Mattos Miller. From the investigation, attention is drawn to the number of teachers coming from other locations, impermanence in the length of stay, absence of initial training and various actions that they performed at the same time, while teaching.

Keywords: history of education; primary education teachers itineraries; public school; rural school.

Resumen: El objetivo es analizarlos itinerarios de los maestros de las clases públicas de Antônio Prado - RS entre los años 1885 y 1920, pensando los rastros de relaciones y sociabilidad, tiempos de permanencia en la función y atribuciones de los docentes. El análisis documental histórico fue la metodología empleada con base en la Historia de la Educación y en la Historia Cultural, en un sesgo de microhistoria. Antônio Prado - RS fue una colonia ocupada a partir de 1886, después distrito de Vacaria - RS hasta 1899 y con la emancipación, el lugar fue dirigido por la administración de Innocencio de Mattos Miller. De la investigación, llama la atención la cantidad de maestros provenientes de otras localidades, casos de no permanencia en el tiempo de actuación, ausencia de formación inicial y diversas funciones que ejercían concomitantemente a la docencia.

Palabras clave: historia de la educación; itinerarios de maestros de enseñanza primaria; escuela pública; escuela rural.

INTRODUÇÃO

No transcurso de 1885 ocorreram os primeiros movimentos para a emergência da colônia de Antônio Prado, na serra gaúcha, Rio Grande do Sul (RS). Após quatro anos, duas aulas¹ eram ministradas no barracão dos imigrantes na sede daquela colônia, sendo que a do professor Sérgio I. de Oliveira contava com 47 alunos e era ministrada em português para meninos (Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami [AHMJSa], 1890b). Posteriormente ocorreu a nomeação do professor e essa aula constitui o primeiro indício de uma escola pública na localidade.

Na política colonizatória entre o final do Império e início da República, em contexto gaúcho, é que se insere a proposta de investigação do presente artigo que buscou mapear a constituição da docência nos processos de escolarização que foram instituídos na colônia e posterior município de Antônio Prado no Rio Grande do Sul, em especial dos professores² que atuaram nas aulas públicas. Compreender quem foram, como se tornaram docentes, o tempo que permaneceram na função e se exerciam outras atividades além da docência são pontos que nos mobilizaram. Rastros das relações e sociabilidades dos sujeitos que se dedicaram à atividade docente, de modo a participarem da história da educação de Antônio Prado – RS foram investigados. Assim sendo, o objetivo foi analisar os itinerários de professores das escolas públicas de Antônio Prado/RS em suas múltiplas relações: formação, nomeação, atuação, funções e redes de sociabilidade no recorte temporal de 1885, início da colônia até 1920, quando foi realizada a instalação³ do Colégio Marista.

Os documentos que compõem a empiria são constituídos por correspondências e relatórios da intendência de Antônio Prado arquivados no Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado [AHMAP] e ofícios emitidos pela Comissão de Terras e Medição de Lotes da ex-colônia de Caxias, arquivados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami [AHMJSa], além de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O ofício do historiador da educação envolve o “[...] ordenamento e racionalização do vivido, a história nasce como este trabalho artesanal, paciente, diuturno, solitário, infundável que se faz sobre os restos, os rastros, sobre os monumentos que nos legaram [...] pedem deciframento, solicitam compreensão e sentido” (Albuquerque, 2019, p. 30). São rastros dispersos, nuances de existências de professores, de suas presenças em aulas em diferentes condições que buscamos mapear e dar sentido.

¹ Aulas é o termo de época para referir uma turma de alunos com diferentes níveis de adiantamento e que conta com um(a) professor(a) em uma sala.

² No título consta a nomenclatura professoras e professores, todavia ao longo do texto, optamos pelo termo ‘professores’. Apesar dessa escolha, referimo-nos a ambos, homens e mulheres e destacamos que a maioria dos docentes foi, progressivamente, de sexo feminino.

³ A instalação do Colégio Marista demarcou um período diferenciado para a escolarização em Antônio Prado/RS. Concomitantemente, percebemos a expansão da escola pública e maior participação municipal em investimentos educacionais.

Tecer olhares sobre os sujeitos requer um nível de interpretação diferente, mirá-los com lupa. O fazemos pelo viés da micro-história pensada como “[...] uma prática e, em especial, uma aposta, uma discussão: é uma tentativa de trabalhar mudando a escala de leitura da realidade [...]” como afirma Levi (2017, p. 166), pois para além de nomear ou listar professores atuantes de 1885 a 1920, as minúcias são investigadas para compreender, se não quem foram individualmente, mas aspectos e pontos de contato de seus itinerários de vida. Ao mirar com a lupa ou microscópio percebemos que “[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 2003, p. 177). A partir dos diversos documentos perscrutamos os sinais, os indícios para compor a análise e a narrativa que apresentamos a seguir.

O artigo está organizado em dois momentos: no primeiro, contextualizamos o local pesquisado – Antônio Prado – e seu deslocamento de núcleo colonial para a constituição como município; no segundo, os itinerários de professores que atuaram, em especial, nas aulas públicas. Ao final, algumas considerações, a modo de conclusão.

DO NÚCLEO COLONIAL AO MUNICÍPIO, UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Transcorria o ano de 1885 e a colonização da Região Colonial Italiana (RCI) recebia um fluxo migratório elevado, evidenciando demanda por novas terras. O território de Antônio Prado pertencia então a Vacaria/Rio Grande do Sul (Barbosa, 1980) e se tornou um núcleo colonial. Quanto à denominação, o nome foi justificado de forma elogiosa, afirmando que “[...] o novo núcleo recebeu o nome de ‘Antônio Prado’⁴ como merecida homenagem aos serviços prestados à colonização da província pelo honrado estadista que tem a seu cargo presentemente a pasta da agricultura, comércio e vias públicas” (Relatório da Inspeção..., 1887, p. 23, grifo do autor).

O mesmo relatório apresentava o resultado do trabalho da Comissão de Terras que entre 1885 e 1886 havia realizado a medição de 391 lotes, aberto caminhos vicinais e picadas, bem como estabelecido cerca de 400 imigrantes. A mão-de-obra dos imigrantes foi empregada para abertura das estradas e o pagamento os ajudava no sustento dos primeiros tempos, enquanto construía suas casas e realizavam as primeiras plantações. O relatório informava que “[...] nas linhas dos lotes foram construídos 13 ranchos de madeira onde se abrigam os imigrantes até que tenham concluído a construção de suas moradas provisórias” (Relatório da Inspeção..., 1887, p. 24). E ainda expunha que “[...] foi mister fundar um novo núcleo dotado com os necessários elementos para o bem estar e prosperidade dos imigrantes que ali se

⁴ Antonio da Silva Prado era do Partido Conservador de São Paulo no período imperial. Foi deputado e senador no Império, além de ministro. Com a República ocupou o cargo de intendente de São Paulo.

estabelecerem, os quais já não encontram fácil colocação nos antigos territórios que se acham quase inteiramente ocupados” (Relatório da Inspetoria..., 1887, p. 23).

A ocupação da colônia Antônio Prado, na serra gaúcha, aconteceu com sucessivas levadas de imigrantes recém-chegados, em sua maioria, da península itálica, que eram assentados em lotes mensurados e distribuídos pela Comissão de Terras. Em 1890, foi possível verificar um aumento de registros produzidos pela Comissão de Terras e Lotes de Antônio Prado concernentes ao assentamento de imigrantes, nestes movimentos aparecem os primeiros indícios de um professor e uma professora que atuaram no local, ainda no barracão dos imigrantes. Assim, existiu a emergência da colônia simultaneamente com as primeiras formas de escolarização e de atuação dos docentes.

O crescimento do núcleo colonial e da ocupação dos lotes resultou, em 11 de fevereiro de 1899, na autonomia administrativa do local, tendo sido emancipado do município de Vacaria. A partir de então, foram estabelecidas as bases do sistema político-administrativo local e o intendente⁵Innocencio de Mattos Miller assumiu a administração (Biavaschi, 2011). As primeiras décadas do município foram marcadas pela presença de republicanos e Innocencio⁶ administrou Antônio Prado por 24 anos, licenciando-se apenas entre 1907 e 1910, em favor do seu vice Cristiano Ziegler (Barbosa, 1980).

Em meados do século XX, o pequeno município caracterizado pela presença de imigrantes e descendentes de italianos⁷, católicos e, em maioria, agricultores estabelecidos em áreas rurais. A população contabilizava, em média, 10.000 habitantes (A Federação, 1909). Com o passar dos anos, ocorreram melhorias nas vias de acesso e escoamento da produção agrícola para a capital, uma das demandas mais recorrentes dos moradores.

Em 1911 foi fundada a Cooperativa Agrícola, Clube União e Sociedade de Mútuo Socorro. Em fins de 1912, Giuseppe Antoniuti criou um cinema familiar. Em 1915 a linha telefônica passou a ligar distritos e municípios limítrofes (Bernardi, 2020). Um ano depois inicia o jornal *O Pradense*. O predomínio de atividades agrícolas e serrarias multiplicaram-se (Barbosa, 1980). Merece destaque a emergência de cinco agências bancárias e de dez hotéis na sede, estes, em 1914, tiveram um movimento de 1.139 pessoas (Barbosa, 1980).

Assim, é possível observar mudanças, mas a análise detalhada mostra que, por exemplo, mesmo no auge da Cooperativa, após 1914, o Cooperativismo foi pouco desenvolvido no município (Antônio Prado: como ele..., 1972), o que caracterizou o

⁵ Designação da época para a função exercida ao que hoje corresponde a de prefeito.

⁶ Innocencio de Mattos Miller tinha relações, pode-se dizer, um tanto próximas de altas autoridades que comandavam o RS. Para aprofundamento, ver Biavaschi (2011) que investigou a relação de coronelismo e o intendente Miller.

⁷ Hoje a localidade se intitula como ‘A cidade mais italiana do Brasil’ e por ter uma alta porcentagem de descendentes e o maior conjunto arquitetônico de casas da imigração italiana no Brasil, tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN].

período por certa estagnação. A possibilidade de reemigrar para o noroeste do Rio Grande do Sul, assim como as novas colônias particulares no oeste de Santa Catarina e Paraná, tornou-se uma opção atrativa para muitas famílias. O êxodo, entre 1900 e 1915, foi de, aproximadamente, 30% da população (Bernardi & Luchese, 2020). O intendente evidencia o período como uma “[...] crise apavorante cujos efeitos malignos se estendem por toda a parte” (Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado [AHMAP], 1915, p. 3). Ao longo da década de 1920, mesmo que lentamente, o município retomou o crescimento⁸.

A sede do município, apesar de relativamente pequena, tinha um fluxo maior de pessoas e de serviços, com predomínio de atividades administrativas, comerciais e financeiras. O interior, com exceção das sedes das capelas⁹, seria caracterizado por minifúndios policultores e mão de obra familiar.

ITINERÁRIOS DE PROFESSORES PÚBLICOS EM ANTÔNIO PRADO

O barracão dos imigrantes da sede foi finalizado em dezembro de 1886 (Bertaso & Lima, 1950). Sabe-se que por, no mínimo, uma década abrigou imigrantes que, após, eram destinados aos lotes para estabelecimento definitivo. No barracão, de forma provisória, as famílias moravam e outras atividades eram desenvolvidas, a exemplo das missas (Cinquantenário..., 2000), além do cuidado com os enfermos, conforme registros do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA, 1889). E ali, da mesma forma, iniciam as aulas no barracão, antes mesmo da criação ou construção de espaços específicos.

Em 1890, os Inspetores¹⁰ registraram um ofício explicando que no barracão havia uma aula do sexo feminino regida pela professora italiana Genoveva e uma aula masculina¹¹, por um ‘professor brasileiro’ (AHMJSA, 1890a). Percebemos que o movimento da criação de ambas, ocorre concomitantemente às primeiras iniciativas, evidenciando a importância das aulas na vida dos residentes, ainda mais por cederem o espaço do barracão que já era dividido, por outras ações, para o andamento das tais atividades de ensino.

⁸ Na atualidade Antonio Prado permanece um município relativamente pequeno, contando com uma população estimada de 13.405 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020).

⁹ Capelas foram pequenas igrejas construídas, na maioria das vezes, em mutirão pelas famílias de uma localidade. No entorno da capela agregou-se a vida social da comunidade com cemitério, escola, sede social e algum comércio.

¹⁰ Os inspetores atuavam na inspeção do estabelecimento das colônias italianas, faziam parte da Comissão de Lotes e medição de Terras vinculada à Província.

¹¹ Preferimos manter a nomenclatura e diferenciação de sexo das aulas que corroboram para a compreensão do futuro delas, mas também para pensar na configuração que se estabelecia em cada uma. Em Antônio Prado, grande parte das aulas no início era masculina, ou feminina, nas décadas seguintes aparecem aulas mistas, isto é, com meninos e com meninas (Bernardi, 2020).

A família do professor Sérgio I. de Oliveira permaneceu um longo período em Antônio Prado. Ele tinha filhos de até dez anos, frequentando suas aulas no barracão (Barbosa, 1980), que posteriormente casaram e permaneceram no local. Barbosa (1980) explica que a aula de Sérgio em 1890 seria pública, porém se percebe que essa informação parece distorcida por um ano de diferença, já que os indícios levam a crer em uma aula inicialmente particular. A Comissão declarou em ofício de maio de 1890 que ignorava conhecer aulas públicas no núcleo (AHMJSA, 1890c), em julho existiu a sugestão de nomeação de um professor (AHMJSA, 1890a), e só em 1º de fevereiro de 1891, Sérgio foi designado¹² para a regência da aula de sexo masculino em Antônio Prado (A Federação, 1891). Dos alunos do professor Sérgio, a lista localizada (AHMJSA, 1890b) indica a frequência de estudantes com idades entre sete e 12 anos. Da trajetória profissional do professor Sérgio nada foi localizado anterior a 1890.

Chama atenção a intensa circulação do professor. De 1898 a 1901, Sérgio ministrava aula em Bom Jesus (Relatório..., 1898; A Federação, 1901), de 1903 a 1906 atuou em Mato Perso (A Federação, 1903, 1906), em 1907 em São Francisco de Paula e em 1908 em Criúva (A Federação, 1908a). Lebrun (1935) informa que Sérgio foi jubilado como professor público estadual. Apesar de pouco sabermos sobre o período total de atuação de Sérgio, ele e Genoveva foram considerados os primeiros professores de Antônio Prado (Barbosa, 1980).

Genoveva De Nale, em 1890, tinha 13 anos¹³ quando ministrava as aulas em italiano para as meninas no barracão. Nascida em 1877 em Arsìe, província de Belluno, ela emigrou junto com seus pais e alguns de seus irmãos por volta de 1886¹⁴. A família teria se estabelecido na Linha Almeida, lote 28, distante da sede, na data de 15 de dezembro de 1886 (Costa, 2007). A família De Nale possivelmente não passou pelo barracão, já que o término de sua construção ocorreu em 1887 (Bertaso & Lima, 1950). Apesar do lote longe da sede, é possível ver deslocamentos frequentes, alguns dos irmãos de Genoveva nasceram e, em 1892, sua irmã Cecília faleceu e foi enterrada na sede¹⁵. Em 1896 Genoveva já estava casada e com filhos. Como professora, Genoveva

¹² Talvez seja possível pensar que a nomeação de Sérgio e não de Genoveva para a escola pública tenha relações com a língua ministrada, já que Genoveva dava aulas em italiano e para as aulas públicas era necessário o português (Rech & Luchese, 2018).

¹³ Idade calculada pelo casamento civil de Genoveva com Antonio Scottiem 04/12/1896 quando declarou ter 19 anos, tendo já dois filhos nesse momento. No ato, ela não declarou a profissão. Foi informado o falecimento do primeiro filho, ocorrido em novembro de 1894 com apenas três dias de idade (Antônio Prado (RS), 1896).

¹⁴ Data estimada pela chegada em Antônio Prado - RS. Os tios de Genoveva, Bortolo e Antônio Fusinato, emigraram em março de 1886, tendo chegado no Rio de Janeiro em 11 de abril com destino à Caxias do Sul, estabelecendo-se em 27 de abril. Posteriormente mudaram-se para Antônio Prado. Percebe-se a presença dos pais de Maria Teresa Fusinato em Antônio Prado após 1900, sem registros da passagem por Caxias do Sul. Assim há a possibilidade dos irmãos terem imigrado antes. Maria Teresa, o esposo Giovanni De Nale e os filhos podem ter emigrado com os pais de Maria Teresa.

¹⁵ Existem dificuldades de datação, pois o início dos registros civis de Antônio Prado ocorre após 1895. As datas apresentadas são de registros tardios ou paroquiais. Reflete-se ainda a possibilidade de não existir cemitério na Linha para o enterro de Cecília na sede.

nos faz pensar sobre sua própria formação. Tendo iniciado a docência com 13 anos, imigrado com nove anos, questionamos que processo escolar viveu para legitimá-la como professora e, neste sentido, parece ser interessante lembrar o que Luchese e Grazziotin identificaram.

Professoras leigas, algumas com poucos anos de escolarização, que, pela ligação com o espaço comunitário, pela necessidade e oportunidade surgida, fizeram-se professoras. No decorrer da carreira, encontraram assento nos cursos de aperfeiçoamento, nos colégios de formação docente ou pelo autodidatismo, construindo oportunidades complementares de profissionalização. Trata-se de experiências docentes ligadas ao espaço comunitário, com sentido social valorizado por eles a ponto do professor ser catequista, conselheiro, líder comunitário (Luchese & Grazziotin, 2015, p. 354).

A professora Genoveva permaneceu por muitos anos atuando como docente particular no que denominamos de escola italiana. Quando se tratam de escolas em Antônio Prado e na região, é possível identificar, como mencionado por Luchese (2015) e Rech e Luchese (2018), diferentes tipologias. Existiam as denominadas escolas italianas com diferenças marcantes entre aquelas urbanas e rurais, entre as mantidas por Associações laicas ou de mútuo socorro, as vinculadas a Congregações religiosas caso de salesianas e scalabrianas e, por fim, as escolas étnico-comunitárias mantidas pelas famílias de uma comunidade. Em 1908, constam duas escolas italianas mistas em Antônio Prado, frequentadas por 129 estudantes, sendo 79 meninos e 50 meninas (Ministero..., 1908, p. 14).

Além disso, merecem destaque as escolas públicas que também eram diversificadas. Escolas públicas estaduais poderiam ter professor nomeado ou subsidiado¹⁶. No período em estudo, as escolas estaduais funcionavam em espaços alugados, cedidos pelo município ou comunidade. Segundo Werle (2005), as subvenções concedidas pela instância estadual aos municípios tinham o intuito de difundir o ensino público e eram pagas trimestralmente a partir da apresentação de atestados de exercício (efetividades), com o ciente do subintendente ou inspetor de ensino.

¹⁶ Os critérios para a distribuição das subvenções consistiam em verificação da frequência, da localização das aulas e do ensino feito pelo professor. Como política pública educacional para as regiões coloniais do RS, as subvenções foram consideradas necessárias pelo secretário Protásio Alves. Mediante a dificuldade financeira de criar-se nas colônias o número de aulas necessárias, se elas tiverem de ser providas por professores efetivos, bem como de conseguir professores habilitados, em regiões afastadas, percebendo pequenos vencimentos, além de existir facilidade de obter nas próprias colônias pessoas suficientemente habilitadas a auxiliarem aquela aprendizagem elementar, sem prejuízo de outras ocupações e, contentando-se desde então com um módico subsídio por parte do Estado, concluía-se que era raro naquelas localidades “[...] encontrar-se quem deseje receber mais do que essas luzes fundamentais [...]” e encerrava a defesa do fornecimento de subsídios afirmando que para “[...] auxiliar tal aprendizagem, mais vale a dedicação do professor do que a sua ilustração” (Relatório..., 1913, p. VI). As subvenções foram comuns e em número considerável em Antônio Prado.

Como escolas públicas, eram consideradas ainda aquelas criadas e mantidas pelo município e as subvenções municipais, que também foram identificadas. A seguir, na tabela 1, apresentamos as escolas públicas estaduais de Antônio Prado – em três anos diferentes – 1901, 1903 e 1906. É possível verificar as mudanças de localização das escolas, bem como a permanência ou não dos professores. Destacamos outra questão interessante para o período – aulas criadas e não providas. Caso da 11ª aula que entre 1903 e 1906 não foi provida por professor estadual. O não provimento das aulas foi recorrente em todo o RS.

Tabela 1. Escolas de Antônio Prado – 1ª entrância – públicas do Estado

Nome da aula	Masculina ou feminina ou mista	Localização	Professor(a)		
			Ano		
			1901	1903	1906
1ª aula	Masculino	Vila	João Carneiro de Mesquita	José Victor de Castro	José Victor de Castro
2ª aula	Feminina	Vila	Delphina Maeffer	Delphina Maeffer	Delphina Maeffer
3ª aula	Masculino	Nova Treviso	Francisco Bussato	Francisco Bussato	Francisco Bussato
4ª aula	Masculino	Linha Castro Alves	Florencio José da Silva	Florencio José da Silva	Florencio José da Silva
5ª aula	Mista	Linha 10 de Julho ¹⁷	Natalina Maeffer	Natalina Maeffer	Natalina Maeffer
6ª aula	Mista	Nova Roma ¹⁸	Georgina Leitão Neves ¹⁹	Maria Antonieta de Almeida e Silva	Vaga
7ª aula	Mista	25 de abril (subúrbio da vila)	Julieta Leitão Neves	Luiza Prestes	Virgínia Barbosa de Oliveira
8ª aula	Masculino	Linha Almeida ²⁰	vaga	Caetano Saretta	Luiz Facchini
9ª aula	Masculino	Linha Carvalho ²¹	João Brolhi	João Brolhi	Magdalena Meneguzzo
10ª aula	Masculino	Linha Trajano	inexistente	Vaga	Joaquim Borges de Castilhos
11ª aula	Masculino	Linha Candida	inexistente	Vaga	vaga

Fonte: elaborado pelas autoras a partir do decreto nº 366 (1901), decreto nº 591 (1903) e decreto nº 911 (1906).

Na tabela 1, além de remoções e transferências relativamente constantes, chamamos atenção para a nomeação, por exemplo, das irmãs Natalina e Delphina, ambas formadas na escola normal de Porto Alegre. Também eram irmãs Georgina e

¹⁷ Em 1906 a quinta aula estava situada em Subúrbio e a sétima aula na Linha 10 de Julho, conforme decreto nº 911.

¹⁸ Atualmente é um município, mas no período investigado pertencia a Antônio Prado.

¹⁹ Georgina Neves Campos Netto foi diplomada pela escola normal no final de 1899, após não ter assumido em Lavras, em 30 de maio de 1900 foi nomeada para a sexta aula de Nova Roma. Nos anos posteriores à designação para Antônio Prado, passou a reger aulas em Montenegro e Caxias do Sul. No final de 1934 já contava com 32 anos de profissão (Almanack..., 1935)

²⁰ Em 1906 a oitava aula estava localizada em Nova Roma e a sexta aula na Linha Almeida.

²¹ Em 1906 a nona aula estava localizada na Linha 21 de abril.

Julieta. Mas foi possível estabelecer outras redes de sociabilidade e parentesco, como esclarecemos adiante. Na tabela 2, após o levantamento de diversos documentos mobilizados²², apresentamos os professores que atuaram em Antônio Prado entre 1890 e 1910. Para leitura das tabelas 2 e 3, a seguir, ano-ano significa que há registros do professor atuando no período datado, já ano, ano significa que no primeiro e segundo ano referenciados foram encontrados registros da atuação. Para ‘Após 1920’ não precisamos o término da atuação. Quanto ao uso das siglas: EMS = Escola municipal subvencionada; EPE = Escola pública estadual; EES = Escola estadual subvencionada; EMES= Escola municipal e estadual subvencionada, pois não era fixo o subsídio, variando no período em estudo.

Tabela 2. Relação dos professores de Antônio Prado 1890-1910.

Nome do professor (a)	Tipologia Escolar	Anos que há registro do professor atuando	Nome do professor (a)	Tipologia Escolar	Anos que há registro do professor atuando
Sérgio Ignácio de Oliveira	Escola pública estadual	1890, 1891	José Victor de Castro	EPE	1898-1903, 1907
Genoveva De NaleScotti	Particular	1890-1913	Virgínia Barbosa de Oliveira		1905, 1906
Florencio José da Silva	EPE	1899, 1901, 1903, 1905, 1906 1909 e após 1920	Gaetano Boscato	Particular	Primeira década de 1900
João Carneiro de Mesquita	EPE	1899-1901	Antonio Breda		Primeira década de 1900
Georgina Leitão Neves	EPE	1901	Julieta Leitão Neves	EPE	1901
Delfina Maeffer	EPE	1898-1903	Adélia de Figueiredo Menezes		1905, 1907
José Henrique Pereira Porto		Até 1898	Dorvalino da Silva Cruz		1907
Natalina Maeffer ²³	EPE	1900, 1901, 1903, 1905, 1906-1910	Licínio Oliveira Mendes Sobrinho		1907

²² Temos ciência que podem existir outros professores que atuaram nas escolas de Antônio Prado, principalmente no ensino particular. Pelos documentos, propomos-nos a elencar da forma mais completa que nos coube, já que inexistente uma síntese de todos os professores.

²³ Professora pública estadual. “Em virtude do decreto nº 293 de 8 de fevereiro de 1900, passou a reger a 5ª aula, mista de 1ª entrância da Linha 10 de julho, município de Antonio Prado, assumindo a 2 de março seguinte. Aprovada no concurso urbano a que se submeteu, si bem que inscrita no rural, foi nomeada para reger efetivamente a 5ª aula, mista dos subúrbios da referida vila, passando para esta em 4 de setembro do ano seguinte, pelo decreto nº 972. Em 4 de outubro de 1911, foi removida, a pedido para a 9ª aula do Couto, município de Santa Cruz, assumindo o exercício a 14 de novembro seguinte. [...] Completou 35 anos, 2 meses e 11 dias de efetivo serviço a 31 de dezembro de 1934” (Almanack..., 1935, p.107).

Nome do professor (a)	Tipologia Escolar	Anos que há registro do professor atuando	Nome do professor (a)	Tipologia Escolar	Anos que há registro do professor atuando
Maddalena Meneguzzo ²⁴	EES	1902-1903, 1917 e após 1920	Luiz Machado Rosa		1907
Maria Antonietta de Almeida	EPE	1903	João Pereira da Rosa		1908-1910
Luiza Prestes	EPE	1903	Manoel Cardoso de Oliveira Sobrinho		1909
Caetano Saretta	EPE	1903	Claudino Antonio da Ventura Homem		1909
João Brolhi	EPE	1901, 1903, 1904	Luiz Facchini		1906
Joaquim Borges de Castilhos		1904, 1909	Alcides de Mattos Miller	EMS	1910-1914
Francisco Busatto	EPE	1899, 1900, 1901, 1903, 1905, 1906			

Fonte: elaborado pelas autoras, em sua maioria, pelos documentos localizados no AHMAP e demais documentações investigadas e referenciadas neste trabalho.

Pela lista é possível verificar um total de 29 professores. No que se refere à quantidade de aulas públicas, Antônio Prado - RS passou por uma impermanência. Até 1899 funcionavam três aulas. Depois disso, de três a nove aulas até 1910, sendo que a impermanência está atrelada à rotatividade de professores, verificada pelos anos de registros do professor atuando no município. Alguns atuaram por um curto período em uma escola interiorana, deslocando-se de municípios distantes para lecionarem em Antônio Prado. Mesmo assim chama a atenção o número elevado no quadro docente para uma localidade pequena e pouco populosa, principalmente em se tratando de questões burocráticas (contratação e designação do profissional).

O intendente Innocêncio pedia auxílio financeiro e humano ao Estado, sendo atendido muitas vezes. Deve ser considerado, como exposto por Biavaschi (2011) que o intendente seria um dos que mais recorria ao governo, com práticas de clientelismo e coronelismo²⁵. Certamente este não é um fato restrito a Antônio Prado, pois o RS se

²⁴ Professora pública estadual. “Nomeada interinamente em 14-3-1902, conforme artº 36 do Regulamento. Assumiu em 15-04-1902. A 14-4-1926 passou a servir adida ao Grupo Escolar de Antonio Prado. Obteve a gratificação especial da 4ª parte a contar de 28-5-1928 (Ato nº 552 de 6-12-1928). Completou 31 anos, 7 meses e 3 dias de efetivo serviço, a 31 de dezembro de 1934” (Almanack..., 1935, p. 118).

²⁵ Clientelismo é uma prática em que existem recompensas em troca de favores. De acordo com Biavaschi (2011) é possível verificar em correspondências e registros arquivados do intendente Innocencio os inúmeros pedidos de favores, principalmente quando as cartas eram dirigidas ao presidente da Província gaúcha, Borges de Medeiros. No caso do coronelismo, prática comum na Primeira República, a autoridade dos coronéis passa a controlar o processo político. Em se tratando do intendente Innocencio, ele frequentemente inseriu pessoas, alguns parentes ou conhecidos, em locais estratégicos que o auxiliaram na manutenção da situação política e de consensos.

caracterizou pela expansão da rede escolar do Estado, difundido por meio de subvenções em áreas colonais (Rech & Luchese, 2018).

Com relação à proveniência, percebemos que a maioria dos professores não era de Antônio Prado, sendo oriundos de Porto Alegre ou de outros municípios, habilitados em exames de suficiência e destinados às diversas regiões do Estado, o que explica em parte a circulação, as remoções e os pedidos de transferência. Merece atenção a questão do processo de ensino e aprendizagem ocorrido no interior das aulas com professores falantes de português e estudantes que eram imigrantes ou filhos deles, o que exigia adaptações e táticas para ensinar e aprender.

Referente à seleção de docente, localizamos uma lista como o nome e a marcação de exames orais. Vários professores atuantes em Antônio Prado prestaram os exames orais para a seleção em julho de 1905 realizado na Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública em Porto Alegre. Foi o caso do dia 09 de julho em que Francisco Busatto, Florêncio José da Silva, Joaquim Borges de Castilhos e João Pereira da Rosa participaram. Já Maddalena Meneguzzo e Adélia do Figueiredo Menezes realizaram o exame no dia 10 e João Evangelista Andrade Saraiva, no dia 14 (A Federação, 1905a). Depois, foi registrado um chamado para “[...] o provimento das escolas rurais do Estado” (A Federação, 1905b, p. 2). Quatro dos professores que realizaram o exame estavam atuando em Antônio Prado em 1905, conforme tabela 1.

Com a emancipação houve incremento de professores e escolas. Chama atenção a predominância de professores de origem lusa e, também, o caso de Claudino Antonio da Ventura Homem, residente em 1909 em Antônio Prado. Em 1900 ele era professor de uma aula em Pinheiral, Santa Cruz (A Federação, 1900), depois foi deslocado para Soledade, solicitou mudança para Taquara em 1907 tendo sido indeferido (A Federação, 1907) e após um ano foi concedida a remoção para Antônio Prado (A Federação, 1908c). O exemplo de Claudino não foi isolado e as dificuldades de adaptação, ou mesmo de estabelecer-se em municípios distantes, gerou constante movimento de docentes, bem como muitas aulas que deixavam de ser providas por anos. Na próxima tabela, apresentamos os professores que atuaram entre os anos de 1911 a 1920. A leitura das datas e das siglas segue a explicação da tabela anterior.

Tabela 3. Relação dos professores de Antônio Prado 1911-1920

Nome do professor (a)	Tipologia da escola	Anos que há registro do professor atuando	Nome do professor (a)	Tipologia da escola	Anos que há registro do professor atuando
Jacob Fernando Callegari	EMS	1911 e 1º semestre de 1912	Amabilia De Luchi	EMS	1914, 1915
Miguel Frigotto	EMS	1912, 1915, 1917 e após 1920	AntonioTondello	EMS	1914, 1915, 1919 e após 1920
Caetano Reginatto	EMS	1912-1917	Verginia De Boni	EMS	1914, 1915

Nome do professor (a)	Tipologia da escola	Anos que há registro do professor atuando	Nome do professor (a)	Tipologia da escola	Anos que há registro do professor atuando
João Tavares de Carvalho	EPE	1910-1912	Thereza Antoniutti	EMS	1914 e após 1920
Affonsina Villas Boas	EPE	1912-1913	Attilio Camozatto	EMS	1915, 1917
Maria Lunardi	EMS	1913, 1915, 1917 e após 1920	João Tondello	EMS	1916 e após 1920
Albano Donadel	EMS	1913, 1915-1917 e após 1920	Isidoro Menegat	EMS	1916
Antonio Camozatto	EMS	1913, 1915, 1917	Ercilia Meneguzzo	EMS	1917, 1919
Josephina Sega	EMS	1913, 1915-1917	Lysippo Lisboa	EMS	1910-1917
Angelo Fantinelli	EMS	1913, 1915, 1917	Emilio Mondadori	EMS	1917
Armando Pinheiro da Costa		1913	Rosário Frigotto	EMES	1918
Orozimbo Zanetti	EMS	1913, 1915, 1918	Aires Meneguzzo	EMS	1918
Guido Andreoni	EMS	1913, 1915, 1919 e após 1920	Stanislao Polesso		1918
Marcelo Fianco	EMS	1913, 1915, 1917	Castorina Albernaz	EMES	1918, 1919 e após 1920
Pascoal Meneguzzi	EMS	1914, 1915, 1917 e após 1920	Erina Dal Molin	EMES	1919
Arthur Bogoni	EMS	1914, 1915 e após 1920	Dosolina Zatti	EMES	1919
Inez Mondadori	EMS	1914, 1915, 1917	Josephina Bernardi	EMES	1919 e após 1920
Carolina Pansera	EMS	1914, 1915 e após 1920	Angelina Mondadori	EMES	1919
Normelia Amorim Saraiva	EMS	1914, 1915	José Bogoni	EMES	1919
José Fialho de Vargas	EPE	1910-1913, 1916	Rosa Andreoni	EMES	1919 e após 1920
João Evangelista Andrade Saraiva	EPE	1912, 1915 - 1917	Teresa Donadel	EMES	1919 e após 1920
Carlos Mantovani	EPE	1915 - 1917	Justino Vieira Albernaz	EES	1917 e após 1920
João Baptista Marchesan		1915	Corona Frigotto	EMES	1920
Marcos Baptistin	EMS	1914-1917, 1919 e após 1920	Bertha Hornos	EMES	1920 e após

Fonte: elaborado pelas autoras, principalmente pelos documentos localizados no AHMAP e demais documentações investigadas e referenciadas neste trabalho.

Os 48 professores supracitados iniciaram as atividades entre 1911 e 1920 em Antônio Prado - RS. Assim, o período ficou caracterizado pela inserção de imigrantes e filhos que moravam em Antônio Prado. Com o decreto nº 1895 (1912)²⁶ ocorreu a expansão da escolarização em virtude dos subsídios fornecidos pelo Estado. E em virtude do art. 2, a municipalidade passou a realizar os exames de seleção aumentando a possibilidade de um residente assumir, o que gerou novas dinâmicas no ambiente escolar.

A expansão após 1912 possibilitou a inserção demais professoras. Aragão e Kreutz (2010, p. 110) afirmam que “[...] lecionar traduziu-se na saída para as mulheres que desejavam se dedicar a outras atividades, sem precisar abandonar o lar e os filhos, já que era possível trabalhar somente meio período [...]”, o que paulatinamente afastou os homens que acabaram buscando outras profissões (Jacques, 2015). Os sujeitos, como propõe Hall (2006, p. 11, grifo do autor), podem ser vistos como seres sociais, pois cada qual será “[...] formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”.

A construção de uma rede de relações como um grupo ‘professores’ mostraram narrativas produzidas pelo coletivo e ao mesmo tempo com especificidades próprias de cada sujeito, atreladas aos pertencimentos e processos (des)construídos. Pelas tabelas anteriores, chama atenção o curto período de atuação dos professores e, para uma análise mais detalhada, produzimos a figura 1 que segue.

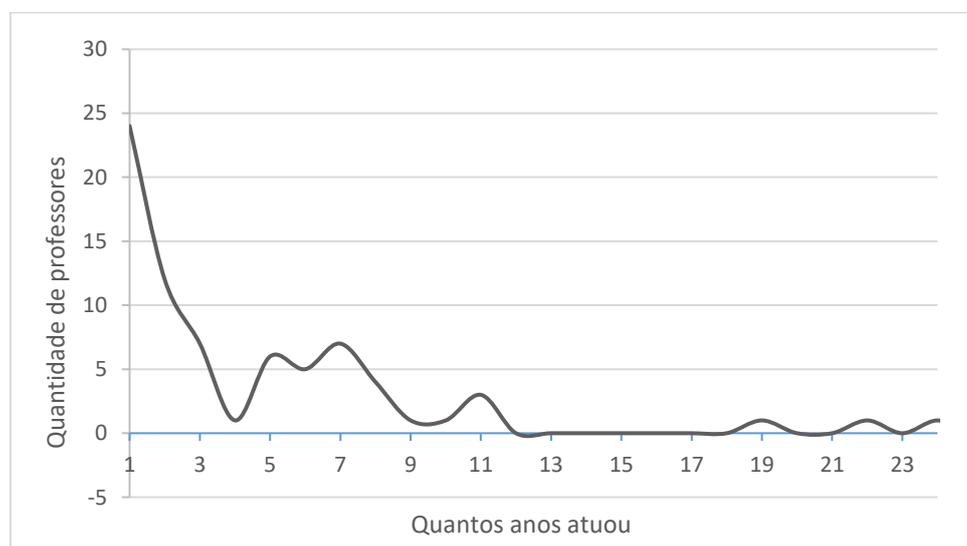


Figura 1. Período de atuação de professores²⁷.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas tabelas anteriores.

²⁶ Foi justificado pela “[...] necessidade de disseminar a instrução primária e de nacionalizar o ensino entre as populações rurais de procedência estrangeira” (Relatório..., 1913, p. 288).

²⁷ A figura foi produzida com base nas tabelas anteriores. Pode haver divergências no tempo de atuação em virtude da falta de documentação disponível, mas é possível estabelecer uma seguridade de informações visto que a maioria deles é substituída na escola onde atuavam.

A figura 1 reafirma a impermanência do período investigado. É possível verificar que a maioria dos professores atuou por curtos períodos, de um a três anos, em Antônio Prado. Um número menor permaneceu de cinco a sete anos e somente alguns deles lecionaram dez ou mais anos no local. Dentre aqueles que permaneceram por mais anos, elencamos Florêncio José da Silva, Maddalena Meneguzzi e Genoveva Scotti por mais de duas décadas; já Miguel Frigotto entrou antes do decreto nº 1895 (1912) e permaneceu ao menos mais de uma década, seguido de Maria Lunardi, Albano Donadel, Guido Andreoni, Pascoal Meneguzzi, Arthur Bogoni, Carolina Pansera, Marcos Baptistin, Antonio Tondello e Thereza Antoniutti que entraram logo após o decreto e constam em registros atuando no ensino após 1920 (Almanak Laemmert, 1926)²⁸.

Para explicar a impermanência podemos pensar nos salários, todavia em Antônio Prado não identificamos diferenças de valor que independem da localização ou de ser aula masculina, feminina ou mista. Entre os anos de 1912 e 1920, o professor recebia 600\$000 réis anuais, mesma quantia de um inspetor municipal (AHMAP, 1914-1923) mensais, sendo o salário era pago de forma trimestral. Em 1914, para efeito de comparação²⁹, o intendente Innocencio recebeu 3:000\$000 anuais e o secretário do Conselho 420\$000 (AHMAP, 1915).

Além dos salários, uma das práticas comuns foi a gratificação, que iniciou ainda em 1899 e era distribuída aos professores que remediassem a falta de outros em aulas que não estavam preenchidas (AHMAP, 1912). Até 1912 elas correspondiam a 30\$000 mensais, momento que passaram a 50\$000, mesmo valor de outros locais que também a praticavam no Estado (A Federação, 1913a). Esta última quantia era equivalente a outro contrato, apesar de o professor não poder contar com o valor de forma fixa. É possível ver que os salários dos professores primários do Estado eram baixos (Corsetti, 1998) e em Antônio Prado era comum o atraso e mesmo a falta de pagamentos³⁰ (AHMAP, 1899-1913). Além da questão salarial, a distância com relação à família, ao local para residir, aos materiais escolares disponíveis e todo um conjunto de variáveis que constituem a aula, os estudantes e as famílias, bem como outras condições, podem ter interferido na decisão de permanecer ou não em Antônio Prado e mesmo na docência.

²⁸ Na documentação identificamos que alguns dos professores seguiram na carreira até a década de 1940, como foi o caso de Antonio Tondello. A impermanência é maior ao final do séc. XIX e nas duas primeiras décadas do século XX.

²⁹ Outro modo de comparação salarial é pensarmos que a cotação do saco de feijão novo em 1913 era vendido por 14\$000 réis ao saco e o milho a 5\$000 ao saco (A Federação, 1913b).

³⁰ Nos referimos às verbas oriundas do Estado. Evidenciadas nos registros da Intendência por ofícios recorrentemente pedindo ao Inspetor da Instrução Pública Estadual remeter ordens atrasadas de pagamento de professores. Em alguns casos como o do professor Jacob Fernando Callegario assunto se estendeu por um ano, até ele pedir exoneração do cargo (AHMAP, 1899-1913).

Os professores, para além da docência, possuíam vínculos e criaram relações com as comunidades. Ademais da função educativa, é importante compreender as dinâmicas e as complexas relações que estabeleceram (Bensa, 1998). Valorizar as relações desses sujeitos com o meio social trazendo a história deles e suas experiências nesse ambiente (Burke, 1992), pois como Revel (1998, p. 25) explica “[...] não basta que o historiador retome a linguagem dos atores que estuda, mas que faça dela um indício de um trabalho ao mesmo tempo mais amplo e mais profundo: o de construção de identidades sociais plurais e plásticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações”.

A redução de escala de observação pensando nos professores permite “[...] compreender como se constituem configurações e processos sociais, mediante o estudo intensivo e aproximado de seus movimentos, seus agentes e suas fontes” (Aquino, 2019, p. 28). Os vínculos encontrados entre os sujeitos e situações políticas locais é um dos pontos. O professor Caetano Reginatto, por exemplo, atuou em Nova Roma na década de 1910, além disso, foi agente do correio (Almanak Laemmert, 1917), passou a delegado (Relatório..., 1920), foi vice-intendente de Innocencio de Mattos Miller, para então assumir como intendente (Biavaschi, 2011). Caetano foi o 2º intendente de Antônio Prado. Reginatto integrava família numerosa com boas condições financeiras. Era um dos filhos mais novos de Antonio Reginato II e Lucia Gazzola. Nascido em 1885 na Itália, imigrou na infância. No Brasil, casou-se com Edviges Araldi em 1913 (Antônio Prado (RS), 1913). Na Revolução Federalista de 1893, o pai foi assassinado (Barbosa, 1980) e a maioria dos filhos era jovens. Uma possível motivação pessoal para a posição que Caetano assumiu com relação à política.

Ele ainda participou de ações externas às das escolas, marcando presença e atuação em diferentes frentes, caso de eventos religiosos (Barbosa, 1980) e organização de comemorações políticas no distrito de Nova Roma. Alcançou notoriedade e tornou-se orador de eventos políticos e foi inserido em definitivo em cargos públicos. Como intendente de Antonio Prado, houve indicação de especial atenção à escola, com a criação, por exemplo, do Grupo Escolar Professor Ulisses Cabral (Barbosa, 1980).

Além de Caetano, outros docentes se vincularam à política. Joaquim Borges de Castilhos padeceu por brigas políticas (O Brazil, 1910), das quais o vice-intendente de Innocencio, na época intendente Cristiano Ziegler, também saiu com ferimentos³¹. José Victor de Castro foi outra presença em registros, ele escrevia ao governo contando a situação política do município e, assim como Caetano, estava presente em eventos da Intendência. Ele exerceu o cargo de professor de 1898 a 1907, passando a ser inspetor, no ano seguinte. Por fim, pediu exoneração por ser nomeado

³¹ É possível ver em Antônio Prado – RS, ao longo de todo o período tensão, brigas e algumas mortes em virtude de questões políticas. Retomamos a permanência na administração de Innocencio por mais de duas décadas, somamos registros de fraudes nas eleições e tantos outros fatos para poder compreender a dinâmica que a política produzia nesse espaço.

serventário de justiça (A Federação, 1908b), função que exerceu ao menos por quase uma década (Almanak Laemmert, 1917), e pode-se pensar que o trânsito em diferentes funções significou melhor remuneração. Seu elo e permanência com o município, também, pode ser justificado por seus filhos permanecerem em Antonio Prado.

No caso do professor José Fialho de Vargas, ele foi secretário da Intendência concomitantemente com a docência. Casou-se com uma residente e após 1920 assumiu a direção do Grupo Escolar da localidade, grupo apoiado pelo intendente e ex-professor Caetano Reginato. Dessa forma, é possível ver uma rede dinâmica de sociabilidades em que sujeitos possuem algumas funções e se deslocam, tendo algumas das ações justificadas ou apoiadas em virtude das nuances ao olharmos o seu passado ou os seus laços com a comunidade e com o meio.

Percebe-se que “[...] existe uma relação intrínseca entre os grandes fatos e acontecimentos cotidianos, muitas vezes desconsiderados pelas análises históricas. Ou que assim o foram por muito tempo” (Santos, 2018, p. 28), e por isso o mesmo autor explica que “[...] a análise das construções políticas e sociais não pode ficar restrita apenas ao plano dos grandes acontecimentos [...]”, reforçamos o olhar aos fatos menores e uma interpretação crítica diferenciada para poder entender os sujeitos escolares.

Procurando estabelecer redes de relações entre os professores, pensamos no que Santos (2018) denomina em seu trabalho de ‘modalidades constitutivas’, a fim de entender as redes sociais. Ele sustenta a existência de quatro modalidades: relações partidárias, relações confessionais religiosas, econômicas e familiares, e deles, dentro do grupo, ao menos uma uniria os indivíduos para o pertencimento. Debruçamo-nos na análise das relações familiares, uma das modalidades que ficam evidenciadas para pensar os professores e a constituição dessa rede.

Sabe-se que a “[...] inserção da rede familiar dentro da grande rede social se configura uma forma de respaldar de forma mais segura a busca de interesses e necessidades, tanto individuais, quanto de um grupo” (Santos, 2018, p. 90). Independente da ordem de influência, importa-nos o estabelecimento de conexões que irão criar um elo. Assim, identificamos que o professor Antonio Tondello casou com a ex-aluna Josephina Bernardi, posteriormente também professora. Antonio era irmão do professor João Tondello, que casou com Tereza Antoniutti, ela também se tornou professora. Tereza Antoniutti era irmã de João Antoniutti, que se casou com Maria José, filha do professor José Victor de Castro.

Outras redes podem ser pensadas. O sobrinho de Genoveva De Nale Scotti, Angelo Scotti, era cunhado de Edviges Araldi, esposa de Caetano Reginato, já outra sobrinha de Genoveva, Giuseppina, era casada com Antonio Citton, irmão de Pelegrina, esta casada com José Fialho de Vargas, além de João Carneiro de Mesquita que era casado com a professora com Delfina Maeffer (A Federação, 1910). Essa rede de relações permanecerá ligando a localidade não só pelo período investigado, pois

ela se ramifica. Os casos discutidos servem como exemplo para entendermos a dinâmica do meio social.

Em Antonio Prado fica evidente a docência como herança, ou seja, diferentes gerações seguindo na função de professor. Os filhos do professor Michele, Rosário e Corona seguiram a profissão. Da mesma forma Maddalena Meneguzzo (nascida Canale) e seus filhos Ercilia e Aires também se tornaram professores, Castorina Albernaz (nascida Vieira) e seu filho Justino Vieira Albernaz também foram professores.

Outro aspecto constitutivo foi a proximidade entre docência e catolicismo. A maioria dos professores tinha funções como catequista, acólitos³², ministros da Eucaristia ou outras funções como fabriqueiros³³. A título de exemplo, no âmbito da festa religiosa em honra ao Sagrado Coração de Jesus, uma das principais atividades foi coordenada por uma das docentes. O jornal noticiava que “[...] nos dias 14 e 15 foi representado o teatro dirigido pela artista interina senhora D. Genoveffa Scotti que coadjuvada por voluntários e hábeis diletantes que interpretaram o maravilhoso drama ‘Heróis católicos S. Clotilde e a conversão de Clodoveo’” (Il Colono Italiano..., 1912, p.2, grifo do autor, tradução nossa)³⁴. A docência e a prática do catolicismo, de ser ‘devoto’ foi uma das representações do bom professor, que era considerada importante e esperada pela comunidade. Outro exemplo que foi estampado nas páginas do jornal *Il Colono Itailano* foi a notícia que “[...] além de ser um professor diligente, o professor [Michele] Frigotto também é um católico prático em todos os sentidos; e não vou dizer o quão apreciável este dote é hoje, especialmente para um professor” (Il Colono Italiano..., 1913, p. 2, tradução nossa)³⁵.

Outro vínculo que identificamos de diversos professores de Antônio Prado foi com os jornais. Alguns desempenharam a função de correspondentes, como ‘portadores de informações’ do meio social, alguns enviavam cartas, manifestos. No jornal *O Pradense*, fundado em 1916 em Antônio Prado, escreviam os professores José Fialho de Vargas e João Evangelista Saraiva, este último descrito por Barbosa (1980, p. 105) como “[...] o comedido pregador de bons costumes e assuntos escolares”³⁶. Antônio Tondello foi propagandista e distribuidor do *Correio Riograndense* na Capela São Roque, onde residia e disponibilizava a residência às famílias para a leitura pelos

³² Corresponde à função de assistentes na realização dos eventos religiosos.

³³ Os fabriqueiros eram membros do conselho paroquial e tinham como função auxiliar a igreja na administração de serviços e eventos junto à comunidade.

³⁴ “[...] “nei giorni 14 e 15 vi fu rappresentazione teatrale diretta dalla provetta artista signora D. Genoveffa Scotti che coadivata da volentierosi e abili diletante interpretarono a meraviglia il drama ‘Eroi cattolici S. Clotilde e Conversione di Clodoveo’”.

³⁵ “ Il Professor Frigotto oltre ad essere un diligente insegnante é puré un cattolico pratico a tutta prova; e non diró io quanto sia apprezzabile questa dote oggi specialmente per un insegnante”.

³⁶ Lamentamos que não existem exemplares localizados do jornal *O Pradense*. Sem dúvidas os assuntos relacionados aos professores e à educação foram abordados pelos que faziam parte do jornal.

seus filhos, de artigos do jornal (Correio Riograndense, 1964). Muitas vezes, jornais como *A Federação* ou o *Il Colono* com notícias de Antônio Prado, advinham de correspondências trocadas com professores do local. Como identificado por Luchese (2015, p. 416, grifo do autor),

A grande maioria dos primeiros professores da Região Colonial Italiana não possuía formação pedagógica. Muitos dos que atuaram [...] possuíam apenas estudos primários. No entanto, eram, em sua maioria, os mais instruídos da comunidade, e essa condição, somada a de serem ‘mestres’, gerava prestígio, respeito e liderança comunitária. Muitos foram os professores que assumiram, dentro do meio social em que viviam, papel central nas questões religiosas, reivindicatórias e de organização, tornando-se representantes daquele grupo, quando não lideranças locais. Essas eram as representações produzidas acerca do ser professor.

Das várias representações e funções assumidas pelos docentes nas comunidades onde atuavam, para além daquelas já mencionadas, era esperado que tivessem comportamento ilibado, presentificado em atitudes e modos de ser, de vestir e de se comportar. A docência como vocação, o professor como “[...] mediador com missão sagrada recebida de Deus e que deveria ser posta a serviço da comunidade” (Kreutz, 2004, p. 160), educando as crianças no ler, escrever, contar e rezar, o que foi esperado e desejado pelas famílias de Antônio Prado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre os itinerários e os processos de constituição de ser professor público percebemos que, a maioria daqueles que foram subsidiados pelo Estado ou município, assumiram a docência pela oportunidade surgida. Dentre aqueles nomeados, vários foram identificados com formação na capital e estiveram por períodos relativamente curtos em Antônio Prado.

A intensa circulação – por meio de transferências, remoções – dos professores nos permite pensar sobre as negociações culturais e diferentes realidades de ensinar e aprender para as quais os docentes precisaram se adaptar. Aos poucos, as subvenções permitiram que o município e ou o Estado oferecessem um valor trimestral para que lecionassem, sendo que a maioria dos que assumiram eram pessoas que moravam em Antônio Prado. Há também evidências, a serem melhor investigadas, de que diversos professores exerciam, além da docência, outras funções de trabalho.

No caso de Antônio Prado evidenciamos que duas escolas entraram em funcionamento no espaço do barracão que acolhia os imigrantes. Algumas das trajetórias de docentes, por conta da documentação disponível, permitiram-nos traçar

detalhamentos, caso de Sérgio Ignácio de Oliveira, Genoveva De Nale Scotti, Caetano Reginatto, José Victor de Castro e José Fialho de Vargas. Reconhecemos que “trilha-se uma leitura em meio a fraturas e dispersão, forjam-se perguntas a partir de silêncios e de balbucios” (Farge, 2009, p. 91) e a complexidade da vida e da experiência docente aparece reduzida a alguns indícios daqueles tempos pretéritos, em que aulas rurais foram improvisadas, tanto quanto muitos de seus professores.

Algumas outras evidências dos itinerários do docente, do tempo de permanência nas diferentes funções que exerciam, algumas das relações familiares e sociais, questões salariais, representações do ser professor de um núcleo colonial e seus primeiros anos como município no interior da serra gaúcha são trajetórias que incluem similaridades com tantas outras do contexto gaúcho e mesmo brasileiro, mas há singularidades. Por fim, para um pequeno município do interior, chama atenção o número de professores, muitos oriundos de outras localidades, além da impermanência no tempo de atuação, que foi uma característica marcante desse período da escolarização em Antônio Prado (Bernardi, 2020). Percebemos redes de relações e jogos de poder que, possivelmente, impactaram na inserção deles nas atividades docentes. Ademais, vários professores foram muito ativos na vida política e religiosa. Ainda, ser professora representava, para as mulheres, a possibilidade de ascender a uma profissão aceita e conhecida.

Finalizamos pensando que os professores estiveram vinculados ao meio em que atuaram, sendo representados como sujeitos importantes, portadores de saberes e modos de ser que se exigiam exemplares, sujeitos valorizados por serem docentes, mas também por assumirem outras funções em dimensão religiosa, política ou cultural significativa para aqueles grupos humanos.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque Jr., D. M. (2019). *O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história)*. São Paulo, SP: Intermeios.
- Almanack escolar do Rio Grande do Sul*. (1935). Diretoria Geral da Instrução Pública. Edição Oficial. Porto Alegre, RS: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia.
- Almanak Laemmert. (1917). *Anuario comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo, para 1917* (Vol. 2). Rio de Janeiro, RJ: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert.

Almanak Laemmert. (1926). *Anuario comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo, para 1926* (Vol. 4). Rio de Janeiro, RJ: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert.

Antônio Prado: como ele foi, como ele é. (1972, 30 de julho). *Panorama Pradense*. p. 8-9.

Antônio Prado (RS). Cartório de Registro Civil. (1913, 10 de dezembro). *Registro de casamento de Caetano Reginato e Edviges Araldi*. 82:154.

Antônio Prado (RS). Cartório de Registro Civil. (1896, 4 de dezembro). *Registro de casamento de Antonio Scotti e Genoveffa De Nale*. 63:41.

Aquino, I. S. (2019). Tecendo um mundo desigual: análise de redes de compadrio na freguesia de Viamão (1759-1769). In A. Karsburg, & M. I. Vendrame. *Variações da micro-história no Brasil: temas, abordagens e desafios* (p. 27-50). São Leopoldo, RS: Oikos. Recuperado de: <http://oikoseditora.com.br/new/obra/index/id/946>

Aragão, M., & Kreutz, L. (2010). Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. *Revista Conjectura*, 15(3), 106-120. Recuperado de: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/515/400>

Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado [AHMAP]. (1914-1923). *Contrato de professores*. Paginação irregular.

Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado [AHMAP]. (1899-1913). *Registro de correspondências da Intendência Municipal de Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913*.

Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado [AHMAP]. (1912). *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de novembro de 1911 e Lei do Orçamento para o exercício de 1912*. Caxias do Sul, RS: Typ. Mendes & Filho.

Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado [AHMAP]. (1915). *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 12 de outubro de 1914 e Lei do Orçamento para o exercício de 1915*. Caxias do Sul, RS: Typ. Mendes & Filho.

- Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami [AHMJSA]. (1889, 29 de setembro). *Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de Terra e Medição de Lotes*.
- Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami [AHMJSA]. (1890a, 03 de julho). *Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de Terra e Medição de Lotes*.
- Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami [AHMJSA]. (1890b, 20 de agosto). *Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de Terra e Medição de Lotes*.
- Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami [AHMJSA]. (1890c, 23 de maio). *Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de Terra e Medição de Lotes*.
- Barbosa, F. D. (1980). *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre, RS: EST.
- Bensa, A. (1998). Da micro-história a uma antropologia crítica. In J.Revel (Org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (p. 39-76). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas.
- Bernardi, M. (2020). *Processo de escolarização em Antônio Prado (1886-1920): culturas e sujeitos* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. Recuperado de: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/6728>
- Bernardi, M., & Luchese, T. A. (2020). A taxa de alfabetização em Antônio Prado, Rio Grande do Sul (1895-1920). *Revista Educação em Questão*, 58(56), 1-26. doi: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n56ID20030>
- Bertaso, H. D., & Lima, M. A. (1950). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Revista do Globo.
- Biavaschi, M. A. C. (2011). Coronelismo na região colonial italiana: Antônio Prado (1903-1928). *Historiae*, 2(3), 171-186. Recuperado de: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2617/0>
- O Brazil*. (1910, 3 de setembro). p. 1.
- Burke, P. (1992). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, SP: EdUNESP.

Cinquantenario dela colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. (2000).(Vol. 2). Porto Alegre, RS: EST.

Il Colono Italiano, Organo Degli Interessi Coloniali. (1912, 12 de janeiro). p. 2.

Il Colono Italiano, Organo Degli Interessi Coloniali. (1913, 5 de abril). p. 2.

Correio Riograndense. (1964, 25 de novembro a 2 de dezembro). p. 3.

Corsetti, B. (1998). *Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Costa, R. (2007). *Povoadores de Antônio Prado.* Porto Alegre, RS: EST Edições.

Decreto nº 366, de 31 de janeiro de 1901. (1901, 2 de fevereiro). *A Federação: Órgão do Partido Republicano (RS)*. n. 29.

Decreto nº 591, de 31 de janeiro de 1903. (1903, 6 de fevereiro). *A Federação: Órgão do Partido Republicano (RS)*. n.32.

Decreto nº 911, de 21 de maio de 1906. (1906, 21 de maio). *A Federação: Órgão do Partido Republicano (RS)*.n. 117.

Decreto nº 1895, de 23 de dezembro de 1912. (1913). In *Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior* (p. 288-290). Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189956>.

Farge, A. (2009). *O sabor do arquivo.* São Paulo, SP: EDUSP.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1891, 2 de fevereiro). ano 8, n. 28, p. 2.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1900, 24 de fevereiro). ano 17, n. 43, p. 1.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1901, 2 de fevereiro). ano 18, n. 29, p. 1.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1903, 6 de fevereiro). ano 20, n. 32, p. 1.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1905a, 24 de julho). ano 22, n. 171, p. 3.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1905b, 08 de agosto). ano 22, n. 184, p. 2.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1906, 21 de maio). ano 23, n. 117, p. 1.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1907, 03 de junho). ano 24, n. 129, p.1.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1908a, 25 de julho). ano 25, n. 178, p. 2.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1908b, 06 de agosto). ano 25, n. 183, p.1.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1908c, 19 de novembro). ano 25, n. 270, p. 2.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1909, 16 de setembro). ano 26, n. 215, p. 1.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1910, 10 de novembro). ano 27, n. 260 , p. 2

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1913a, 23 de outubro). ano 30, n. 246, p. 1.

A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). (1913b, 23 de novembro). n. 273, p. 6.

Ginzburg, C. (2003). *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2020). *Censo demográfico, estimativa para 2020*. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/antonio-prado.html>

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A.

Jacques, A. R. (2015). *O ensino primário no colégio Farroupilha: do processo de nacionalização do ensino à LDB nº 4.024/61 (Porto Alegre/RS: 1937/1961)* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6455>

Kreutz, L. (2004). *Professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Pelotas, RS: Seiva.

Levi, G. (2017). O pequeno, o grande e o pequeno. *Revista Brasileira de História*, 37(74), 157-182.

Luchese, T. Â. (2015). *O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: EDUCS.

Luchese, T. Â., & Grazziotin, L. S. (2015). Memórias de docentes leigas que atuaram no ensino rural da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul (1930 - 1950). *Educação e Pesquisa*.41(2),341-358. doi: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015041795>.

Ministero degli Affari Esteri. (1908). *Annuario delle scuole italiane all'estero: governative e sussidiate*. Roma, IT: Tipografia del Ministero degli Affari Esteri.

Rech, G. L., & Luchese, T. A. (2018). *Escolas italianas no Rio Grande do Sul: pesquisa e documentos*. Caxias do Sul, RS: EDUCS.

Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior: quadro de escolas públicas da 3ª região escolar. (1898). Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/163963>

Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. (1920). (Parte I, p. 367). Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191570>

Relatório apresentado ao Sr. Presidente do Estado, Sr. Borges de Medeiros, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Protásio Antonio Alves. (1913). Porto Alegre, RS: Oficinas Graficas da Livraria do Globo.

Relatório da Inspeção Geral de Terras e Colonização apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro Antônio da Silva Prado, ministro e secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo tenente-coronel Francisco Barros e Accioli Vasconcelos, inspetor geral. (1887).

Revel, J. (1998). Microanálise e construção do social. In J. Revel (Org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (p. 15-38). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas.

Santos, R. L. (2018). *Tramas enlaçadas: política, religião e educação no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX*. Porto Alegre, RS: Fi.

Werle, F. O. C. (2005). *O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira*. Bragança Paulista, SP: Ed. Universidade São Francisco.

MANUELA CICONETTO BERNARDI é mestre e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista Prosuc/Capes. Bacharel em Biblioteconomia. Integrante da Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) e membro do Grupo de Pesquisa História da Educação Imigração e Memória da Universidade de Caxias do Sul (GRUPHEIM).

E-mail: mcbernardi1@ucs.br

<https://orcid.org/0000-0002-0130-4845>

TERCIANE ÂNGELA LUCHESE é doutora em Educação. Professora nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista de produtividade científica do CNPq e pesquisador gaúcho, FAPERGS. Integra a rede transnacional Transfopress (França - Brasil). Lidera o Grupo de Pesquisa História da Educação Imigração e Memória da Universidade de Caxias do Sul (GRUPHEIM).

E-mail: taluches@ucs.br

<https://orcid.org/0000-0002-6608-9728>

Recebido em: 05.03.2021

Aprovado em: 27.08.2021

Publicado em: 13.12.2021

Editor-associado responsável:

Ana Clara Bortoleto Nery (UNESP – Marília)

E-mail: ana-clara.nery@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0001-6316-3243>

Rodadas de avaliação:

R1: três convites; duas avaliações recebidas.

Como citar este artigo:

Bernardi, M. C., & Luchese, T. A. No decurso da docência: itinerários de professoras e professores públicos em Antônio Prado, Rio Grande do Sul (1885 - 1920). (2022). *Revista Brasileira de História da Educação*, 22. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e197>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).